



# Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

Ato da Presidência:

REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1991.

(QUARTA-FEIRA)

RESOLUÇÃO Nº 040/91

DATA: 15 de outubro de 1991

SÚMULA: Autoriza a realização do plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Iguatemi do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrado do Município de Maringá, com as seguintes divisas:

"Começa na foz do Rio Ribeirão Rems, no Ribeirão Atlantique, subindo pelo Ribeirão Rems até encontrar a foz do Córrego Misto; segue pelo Córrego Misto até a sua nascente; segue por uma linha seca, passando pela divisa dos lotes 67 e 68 da gleba Ribeirão Centenário, até encontrar uma estrada; segue por esta estrada até as divisas dos lotes 27-A e 27 da gleba Ribeirão Colombo, descendo por ela até a divisa do lote 27-B, da gleba Ribeirão Colombo e continua pela divisa dos lotes 27 e 27-B, até encontrar o Córrego Piracaúba; segue pelo Córrego Piracaúba, até encontrar a foz do Córrego Nopal; daí subindo pelo Córrego Nopal até a sua nascente; daí por uma linha reta e seca, até a nascente do Córrego Camacua, descendo pelo referido Córrego, até a sua foz no Ribeirão Chapecó; sobe pelo Ribeirão Chapecó até sua nascente, segue por uma linha reta e seca até a nascente do Ribeirão Centenário, descendo pelo Ribeirão Centenário até a sua foz no Ribeirão Atlantique, continua pelo Ribeirão Atlantique até encontrar a foz do seu afluente Ribeirão Rems, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15.10.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Élio Rusch, Geraldo Cartário, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Martins, Neivo Berladin e Rafael Greca (09). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e José Afonso Júnior (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2720

SÚMULA: Requer Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 358/91.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER preferência de discussão e votação para o

Projeto de Lei n. 358/91, constante da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2719

SÚMULA: Requer dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2727

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, dispensada a deliberação do Plenário já que os ônus da presente missão não serão suportados pela Casa e sim pelo subscritor deste (art. 40-parte final), a instituição de COMISSÃO EXTERNA, composta de 03 (três) Deputados, para verificar "in loco" as condições precárias e quase suicidas dos Trevos rodoviários localizados nas PR-369/444 e 444/218.

Justifica-se o presente por dois essenciais motivos.

O primeiro deles é o de que, inobstante o alerta dado em 17 de Setembro próximo passado, através de requerimento aprovado em Plenário, para que sua Excelência o Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, tomasse urgentes providências para a constatação das denúncias que se fazia em torno da desobediência as normas técnicas de engenharia quando da execução das citadas obras e que redundariam, como de fato redundam, em acidentes fatais, providência alguma foi tomada nesse sentido. (doc. anexo).

O segundo se funde ao fato de que, conquanto pretendesse o signatário deste levar de viva voz e discorrer sobre o assunto com o Senhor Secretário, para esforços conjuntos a serem tomados no sentido de dar melhorias e regularização de segurança aos mencionados Trevos, Sua Excelência, talvez por se tratar de Deputado independente do Governo Estadual, vem seguidamente e acintosamente, através de seus assessores, já que telefonicamente é impossível contatá-lo, marcando e em seguida

Curitiba, quarta, em 16.10.91

desmarcando audiências para tal debate.

Desta forma o pedido da Comissão Externa se impõe para que seja levado a Secretaria dos Transportes, não só a voz isolada do subscritor desta, mas a de uma Comissão do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor JOÃO BATISTA DA COSTA, ocorrido no dia 15 de outubro do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Batista da Costa, pessoa de grande conceito na cidade de Paranaguá, onde através dos anos tornou-se figura popularmente conhecida como "Seu Batistão". Desde sua infância acompanhou o início da construção do Cais do Porto de Paranaguá, onde ainda jovem trabalhou para várias firmas importantes que foram pioneiras na movimentação de cargas no nosso Terminal.

Foi fundador e sócio atuante do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, onde se tornou dos mais destacados em função da sua maneira de trabalho na profissão, e colaborava com agências de navegação e órgãos públicos traduzindo do inglês vários documentos oficiais que aprendeu a conhecer no seu trabalho na faixa portuária, com isso sendo procurado constantemente para decifrá-los não só na língua inglesa mais também em outros idiomas.

REQUERIMENTO N° 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor AUGUSTO ANDRIOLLI, ocorrido no último dia 30.09.91.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, no último dia 30 de setembro, o Senhor AUGUSTO ANDRIOLLI.

O extinto deixou viúva Dona Célia, 95 filhos e 10 netos.

O passamento de Augusto Andriolli veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos,

entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo AUGUSTO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família ANDRIOLLI, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Hospital Angelina Caron, situado na Rodovia PR-506, Km-01, CEP. 83.430 - Campina Grande do Sul-Pr., através de seus representantes Dr. Marco Antonio Caron; Dr. Américo Farinha Martins, à funcionária Maria Olinda de Souza Oliveira, extensivo a todos os demais funcionários, pelos relevantes serviços prestados aos pacientes carentes, provenientes do interior do Estado.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) EDSON SILVA LINO

#### REQUERIMENTO N° 2728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após aprovado pelo Soberano Plenário, envio de expediente à Rede OM de Televisão, apresentando um voto de louvor pela reportagem veiculada no Jornal Record, às 19 horas, comprovando espetacularmente a farsa montada no 2° turno das eleições de 1990, que redundou na "vitória" ilegítima do Governador Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) MARIO BEZERRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode deixar de registrar elogios à imprensa quando ela busca esclarecer verdades que o cidadão tem direito de conhecer para que saiba localizar onde se encontra a verdade, onde se instala a mentira.

#### REQUERIMENTO N° 2718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de Expediente Oficial à Secretaria de Estado do Esporte, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva na VILA NOVA JERUSALÉM em UMUARAMA.

Do aprovado, requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, ao Vereador José Ilton de Oliveira e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática de esportes.

A construção da cancha polivalente viaria não apenas fomenta essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente.

Temos a certeza de que a Secretaria ao efetuar estudos verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendidos, comparado com o benefício para a população.

#### REQUERIMENTO N° 2720-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, no sentido de reivindicar a doação em definitivo e/ou em comodato de 15 (quinze) veículos pertencentes a Secretaria da Fazenda do Estado para o Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, envio de correspondência aos ilustres Senhores Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal e ao Vereador Inácio Pereira Pinto, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com o expediente da Prefeitura Municipal de Umuarama de n° 555/91, de 08/10/91, o ilustre Prefeito Municipal embasa solicitação ao Governador, diante da perspectiva de renovação da frota móvel da Secretaria da Fazenda e da fragilidade dos serviços de fiscalização estadual e municipal, que os veículos considerados inservíveis sejam doados e/ou emprestados ao município que faria a sua recuperação e manutenção para colocá-los em operação na fiscalização municipal, através de comênio, aumentando a arrecadação do município e do Estado, por extensão.

#### REQUERIMENTO N° 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de solicitar, uma vez mais, providências urgentes que possibilitem a construção de novas unidades escolares no município e cidade de Arapongas, bem como a ampliação e reforma das já existentes.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Arapongas teve instalado em seu território nesses últimos dois anos mais de 150 novas indústrias.

Prevê-se que somente no ano de 1992 mais 100 indústrias sejam ali implantadas o que obrigou o Poder Público municipal a projetar em "casas populares" mais 3.000 unidades sendo que destas 800 serão entregues já em 1.991.

Para fazer frente a tais fatos, notórios até, é necessário que a nível do Poder Executivo Estadual que tem a FUNDEPAR seu órgão máximo para tal fim, se dê condições para que o déficit de salas de aula da rede Estadual de Ensino, seja superado.

**REQUERIMENTO N° 2729**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Chefe da Casa Civil, apresentando um voto de agravo pela nomeação de José Antonio de Araújo, RG 538.106-1, nascido a 15.06.1909, na data de nomeação com 82 anos de idade, para o Cargo em Comissão, símbolo 5-C como Auxiliar Técnico da Casa Civil da Governadoria, com gratificação no percentual de 100% sobre o vencimento básico, a título de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, conforme consta em Diário Oficial do dia 21.08.81 e que recebeu o "justo" prêmio pela sua participação na "Farsa Ferreirinha" montada pelo Senhor José Domingos Scarpelini, Prefeito de Apucarana, por Fábio Campana e outros.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) MARIO BEZERRA.

**JUSTIFICATIVA:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não pode se calar, quando o povo exige explicações sobre delito tão grave perpetrado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

**REQUERIMENTO N° 2730**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Mario Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam procedidos estudos e a devida informação da possibilidade de se estabelecer um convênio, e/ou uma Cooperação Técnica entre os municípios paranaenses e o DER, para a execução de serviços de roçada e limpeza de sarjetas e canaletas, nas rodovias paranaenses.

Do aprovado, requer comunicação para os Senhores; Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal de Umuarama; José Carlos Barbosa, Presidente da COTRAMA - Umuarama (av.R.G.do Norte, 3144) e Adão Fagundes do Santos, Presidente da COOTRAVEL - em Cascavel.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) NELSON GARCIA.

**JUSTIFICATIVA:**

O município do Paraná está se tornando neste Governo um verdadeiro gerenciador de projetos e programas com a crescente municipalização das atividades mormente as sociais, como por exemplo, a educação, a saúde, a segurança (com a criação de policiamento municipal), entre outras.

O convívio dos problemas e suas repercussões são requisitos importantes para o encontro de soluções imediatas e duráveis, senão definitivas. O desemprego, problema dos mais cruciantes para a sociedade brasileiras, é aguda e corroe a estrutura frágil da sociedade e requer soluções rápidas e saneadoras para a que o ócio, a fome e o desespero não agrave ainda mais a violência na cidade e no campo.

O problema do trabalhador volante que por longos períodos ficam sem trabalho torna-se de difícil solução por parte das autoridades municipais, necessitando que o poder público local abra frentes de trabalho para amenizar os efeitos sociais, e a proposta de canalizar recursos do DER para os municípios gerenciarem esses serviços braçais é a solução imediata, ficando com o DER a fiscalização desses serviços.

Roçadas, limpeza de canaletas e de sarjetas nas rodovias estaduais, ao invés de serem feitas por empresas particulares como está ocorrendo, que sejam repassados os recursos e através de convênio de Cooperação Técnica, o município execute esses serviços utilizando mão-de-obra ociosa da lavoura.

**REQUERIMENTO N° 2731**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, Estênio Salles Jacobs, expediente, para que o mes-

no autorize a implantação de rede de água nas localidades de ASSUNGUI DE CIMA, ASSUNGUI DE BAIXO, BITUVA DOS LÚCIOS e BITUVA DAS CAMPINAS, no Município de Teixeira Soares.

A instalação de tal sistema, bem como as redes de água tratada, irá atender uma das mais antigas reivindicações daquele sofrido povo, que fica à margem de toda a sorte, quando da necessidade de água tratada na utilização de suas elementares circunstâncias.

Por outro lado, evitaríamos os índices de doenças transmissíveis através da água não tratada, contribuindo notadamente para um quadro estável a nível de saúde local.

Neste sentido, aquela população através da nossa representação neste Parlamento, invoça o alto espírito social do Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, para que medidas sejam encaminhadas.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 2732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário no Núcleo Habitacional Bortolo Borsato, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Central de Telefonia Comunitária é um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da central no Núcleo Habitacional Bortolo Borsato.

#### REQUERIMENTO N° 2733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário no Núcleo Habitacional Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Central de Telefonia Comunitária é

um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da central no Núcleo Habitacional Luiz Gonzaga Pereira da Cunha.

#### REQUERIMENTO N° 2734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário na Vila Dal'Col, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

A Central de Telefonia Comunitária é um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da Central na Vila Dal'Col.

#### REQUERIMENTO N° 2735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário no Conjunto Habitacional Jardim Nossa Senhora das Graças, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

A Central de Telefonia Comunitária é um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da central no Conjunto Habitacional Jardim Nossa Senhora das Graças.

#### REQUERIMENTO N° 2736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER. após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário no Conjunto Habitacional Santa Marta, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA

**JUSTIFICATIVA:**

A Central de Telefonia Comunitária é um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da Central no Conjunto Habitacional Santa Marta.

**REQUERIMENTO N° 2737**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário no Núcleo Habitacional David Federmann, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA

**JUSTIFICATIVA:**

A Central de Telefonia Comunitária é um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da central no Núcleo Habitacional David Federman.

**REQUERIMENTO N° 2738**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação Central de Telefone Comunitário no Núcleo Habitacional Santa Maria, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.10.91

(a) DALTON MACHUCA

**JUSTIFICATIVA:**

A Central de Telefonia Comunitária é um grande avanço social na área das comunicações, pois possibilita, via custo acessível, que a maioria dos moradores se integre na rede telefônica.

A solicitação em questão prende-se ao

Curitiba, quarta, em 16.10.91

fato de que o aglomerado uniforme de residências permite tal instalação, contando inclusive com local para instalação da central no Núcleo Habitacional Santa Maria.

**REQUERIMENTO N° 2726**

SÚMULA: REQUER encaminhamento de pedido de informações junto ao Conselho Estadual de Educação, necessárias à complementação do Projeto de Lei n° 413/91, que torna facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 413/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII, combinado com o Art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Conselho Estadual de Educação, para que manifeste-se quanto a proposta do douto Parlamentar, em tornar facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos Estaduais de Ensino de 1° e 2° graus.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

EMÍLIA BELINATI

**Projeto de Resolução:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 062/91**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de CENTRO NOVO, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o dos municípios de Planalto e Férrola do Oeste, com os seguintes limites, divisas e confrontações:

Com o município de Capanema:

Começa no Rio Santo Antônio na foz do Lajeado Liso, sobe por este até a foz do Lajeado Bonito e, por este, até o seu cruzamento com a Estrada Municipal a São José do Liso;

Com o município de Planalto:

Começa no Lajeado Bonito no seu cruzamento com a Estrada Municipal Capanema a São José do Liso, deste ponto segue pela estrada no sentido São José do Liso até encontrar o Lajeado Liso e segue pelo mesmo até a foz;

Com o município de Férrola do Oeste:

Começa na foz do Lajeado Liso, segue por este até a nascente, ponto próximo a



Estrada PR-163 que liga Planalto a Pérola, deste ponto segue em linha reta e seca alcança a nascente do Córrego Vitória, desce pelo Córrego Vitória até sua foz no Lajeado Grande, deste ponto segue pelo Lajeado Grande até sua foz no Rio Santo Antônio;

Com a República da Argentina:

Começa na foz do Lajeado Grande no Rio Santo Antônio e desce por este até a foz do Lajeado Liso, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(aa) JOÃO ARRUDA

ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O futuro município de CENTRO NOVO, a ser desmembrado de Planalto e Pérola do Oeste, por certo nascerá forte e pujante, tendo em vista o trabalho de sua gente e generosidade do seu solo.

Segundo levantamento do Juízo Eleitoral da 107ª Zona, 2.359 (dois mil trezentos e cinquenta e nove) eleitores habitam na pretensa nova unidade político-administrativa. E, através de dados preliminares, tendo em vista consulta a documentos do último censo realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, devem residir na área a ser emancipada, aproximadamente 6.000 (seis mil) pessoas. Estes dados preenchem os requisitos da Lei Complementar nº 56 e principalmente os mandamentos da Constituição Estadual.

Porém, mais do que cumprir as determinações legais, CENTRO NOVO cumpre também, diariamente, a sua função de pujança que carrega, fazendo uma agricultura forte, que orgulha todo o Sudoeste do Estado do Paraná.

Para início do processo legislativo, recebemos representação da comunidade referida, com 288 assinaturas, anexada ao presente Projeto de Resolução.

Solicitamos apoio dos demais Pares ao presente texto legal, com o intuito de atender a um pleito dos paranaenses de CENTRO NOVO.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 476/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam alteradas as divisas do Distrito de Carambeí, localizado no município de Castro, a saber:

"Começa na nascente do Lajeado do Boqueirão; desce por este até a sua foz no Arroio do Areião, pelo qual desce até sua foz no Rio Pitanguí, descendo por este até

alcançar o Rio Tibagi, pelo qual desce até a foz do Rio Cotia; subindo por este até a foz do Rio Maria Leme; pelo qual sobe até sua nascente; deste ponto segue por linha seca até encontrar a nascente do Rio Guarina, pelo qual desce até sua foz no Rio São João subindo por este até encontrar uma das suas nascentes nas proximidades do Viaduto da Linha Férrea, seguindo por este ponto até o mesmo Viaduto por linha seca no rumo Sudeste; e deste, por linha seca até a cabeceira de um ribeirão que nasce nas suas proximidades; descendo por este até sua foz no Rio Jotuba, pelo qual sobe até sua nascente de onde segue por uma linha seca, rumo Sudeste, até encontrar a cabeceira do Lajeado do Boqueirão, chegando ao ponto de partida."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoio: Arlindo Troian, João Preis, Durval Amaral, Eurides Moura, Duílio Genari, Alceu Swarowski, Orlando Pessuti, Nelson Garcia, Carlos Simões e Dobrandino da Silva

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa adequar o Distrito de Carambeí, localizado no município de Castro, no universo político-administrativo, vez que as divisas atualmente existentes não correspondem a realidade fática, bem como para melhor estruturar o mapa político do Município de Castro, face as divergências das divisas do Distrito de Carambeí e outras localidades inseridas no universo do referido município.

Pelo exposto, o presente projeto de lei, após aprovado por esta Casa de Leis, virá corrigir dúvidas no que se diz respeito a limites dentro do Município de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente e não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do:

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina)

PSB

(Declina)

PTB. Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Causou-me espanto ontem, quando assistindo à Rede OM, o Jornal da Record, por volta das 19 horas, uma reportagem profundamente séria promovida pelos repórteres daquela emissora de televisão.

Aquela emissora deslocou até o Município de Apucarana seus repórteres, para constatar um delito grave, assim considerado, promovido pela Casa Civil a mando do todo poderoso Governador "Requião".

Senhor Presidente e Senhores Deputados: a Assembleia não pode ficar omissa e se calar perante tamanha gravidade. O Governo do Paraná premiou o "Baiano da Foice", que todo o mundo conhece, do caso Ferreirinha, especificamente o Senhor João Alves de Araújo, oitenta e dois anos, analfabeto, residente em Apucarana com um cargo na Casa Civil, símbolo 5C, auxiliar técnico, com salário acima de duzentos mil cruzeiros por mês. Fiquei espantado com o depoimento do "Baiano da Foice" quando, flagrantemente, dizia que foi comprado para testemunhar na farsa "Ferreirinha", levada a efeito o ano passado no segundo turno das eleições para Governador.

Senhor Presidente e Senhores Deputados: é um caso de "Fantástico" de Jornal Nacional para que a imprensa toda do Paraná, indistintamente, faça aparecer em suas páginas tamanha denúncia. A Assembleia não pode ficar calada, não pode ser conivente com esta situação.

Nós não queremos, aqui, censurar o "Baiano da Foice", que tem oitenta e dois anos, analfabeto, totalmente inculto e que foi manipulado por aqueles que promoveram as aparições do Governador Roberto Requião, ano passado, no segundo turno, na televisão, especificamente na abertura do horário gratuito eleitoral, quando aparecia nos televisores de todo o mundo a farsa montada direto do Palácio do Governo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados: eu requeiro nesta tarde, é o que nós podemos fazer, infelizmente, um voto de louvor à Rede OM de Televisão pela reportagem sobre o segundo turno das eleições de 90 no Estado do Paraná comprovando a farsa da vitória do Governador.

O teor do Requerimento diz o seguinte: (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após aprovado pelo soberano Plenário, envio de expediente à Rede OM de Televisão, apre-

Curitiba, quarta, em 16.10.91

sentando um voto de louvor pela reportagem veiculada no Jornal da Record, às 19 horas, comprovando espetacularmente a farsa montada no 2º turno das eleições de 1990, que redundou na "vitória" ilegítima do Governador Roberto Requião.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não pode deixar de registrar elogios à imprensa quando ela busca esclarecer verdades que o cidadão tem direito de conhecer para que saiba localizar onde se encontra a verdade e onde se instala a mentira."

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Mário Bezerra, eu também estava preparado a me pronunciar sobre o assunto, mas eu gostaria de saber qual será a explicação do Governador e do Governo hoje instalado neste Estado que canta aos quatro cantos a moralidade, o homem sério. Se isso é ser sério, governar um Estado desta forma, dar emprego a um cidadão que praticou este tipo de mentira, eu não sei o que que é não ser sério, eu acho que caberia ao Governador mediante tal acusação tomar uma atitude, dar explicações ao povo do Paraná, como não tem explicações para o caso, porque a mentira já estava comprovada há muito tempo, mas dar emprego, pagar a um mentiroso, a pessoa que injuriou uma família neste Estado para ganhar uma eleição e ainda dar uma indenização.

E ontem víamos na televisão quando ele falava que o que interessava para ele é ganhar o dinheiro e não precisar trabalhar.

É desta forma que estão governando o Paraná. Depois quando nós pedimos para convocar o Secretário de Estado para prestar esclarecimentos, como o caso do BANESTADO, que é assustadora a situação do BANESTADO, a bancada governista se levanta e não aprova, talvez hoje o seu requerimento tenha o mesmo caminho.

O SR. MÁRIO BEZERRA - O Diário Oficial do Estado, na sua página 3 do dia 21 de agosto publica o seguinte:

(Lê):

"RESOLUÇÃO Nº 131

O Chefe da Casa Civil, tendo em vista o disposto no Decreto nº 63, de 18 de março de 1987.

R E S O L V E:

I - Nomear, de acordo com o art. 24, item III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO, RG nº 538.106-1, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar Técnico - símbolo 5-C, da Casa Civil da Governadoria, a partir de 01 de agosto de 1991.

II - Designar o servidor constante do



item I para perceber a gratificação, no percentual de 100% (cem por cento), sobre o vencimento básico, a título de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, de acordo com o arts. 172, item III e 177, da Lei nº 6.174/70, a partir da mesma data.

Curitiba, em 20 de agosto de 1991.

(a) Dep. CAÍTO QUINTANA

Chefe da Casa Civil"

É lamentável que o povo do Paraná não fique sabendo em todos os seus cantos o que ocorre no Palácio Iguagu.

É necessário que a Assembléia se coloque como uma instituição que reprova esse tipo de trabalho ou seja a premiação ao crime é o que verdadeiramente está acontecendo.

Senhor Presidente ainda requeiro (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Chefe da Casa Civil, apresentando um voto de agravo pela nomeação de José Antonio de Araújo, RG 538.106-1, nascido a 15/06/1909, na data da nomeação com 82 anos de idade, para o Cargo em Comissão, Símbolo 5-C, como Auxiliar Técnico da Casa Civil da Governadoria, com gratificação no percentual de 100% sobre o vencimento básico, a título de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, conforme consta em Diário Oficial do dia 21/08/91 e que recebeu o "justo" prêmio pela sua participação na "Farsa Ferreirinha" mostrada pelo Senhor José Domingos Scarpelini, Prefeito de Apucarana por Fábio Campana e outros.

Então eu solicito de agravo ao Governador e ao Chefe da Casa Civil pela premiação ao crime no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PT com a palavra.

Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela terceira vez, estamos falando nesta tribuna sobre o programa SOS Vida, movimento dos lavradores do Paraná que saíram em caminhada desde a Cidade de Irati até Curitiba, desde o dia 11 passado, chegando hoje pela manhã, aproximadamente 150 agricultores ao Parque Barigui, onde foram recepcionados por mais de 1.500 lavradores chegando de todas as regiões do Estado e eu queria aproveitar para convidar os Senhores Deputados para comparecerem à Praça Osório, na Boca Maldita, durante os próximos três dias, hoje, amanhã e depois, fazerem uma visita aos lavradores que lá se encontram acampados. Nós tivemos a oportunidade de presenciar, de ver com nossos próprios olhos, lavradores com

as pernas inchadas, com os pés calejados, fazendo um sacrifício tão grande, caminhando 150 quilômetros a pé, chegando até a Capital do Estado, num ato heróico, simplesmente para chamar a atenção das autoridades do Paraná e principalmente do nosso País com respeito a reforma agrária, com respeito ao problema do crédito para os pequenos produtores rurais no nosso País.

Tive a oportunidade de presenciar um fato que eu condeno de a Polícia Militar não permitir que os lavradores adentrassem ao Parque Barigui hoje pela manhã. Tive a oportunidade de conversar com o Tenente que comandava o pelotão da Polícia Militar e que estava com ordens para impedir os lavradores, depois de uma noite inteira de caminhada, depois de 150 quilômetros a pé, de chegarem a um parque, a um parque de diversões, a um parque público, estacionarem ali os seus ônibus, aproximadamente 30 ônibus, e ali descansarem, tomarem o seu café da manhã, para depois cumprirem a sua jornada de chegarem até o centro da Capital. Depois de tentarem impedir e que os lavradores resolveram entrar sem os ônibus e que até isto estava sendo impedido, de entrarem no Parque Barigui para poderem lá sentar na grama e tomar o seu café da manhã, recebemos a presença do Comandante Capriotti, do Coronel Capriotti, que o pessoal já estando lá dentro, nos veio trazer a sua palavra de que o Governo do Estado estaria solidário com o movimento e que a Polícia Militar estaria dando segurança para os lavradores entrarem na Capital e chegarem até a praça Osório.

Dependendo do Comandante que lá estava com ordens para não deixar entrar no Parque, nós teríamos, talvez, provocado por parte da própria Polícia Militar, - pela desorientação, - porque estava comunicado já há cinco dias antes dessa caminhada.

Talvez, os lavradores não desrespeitaram a própria ordem da polícia de entrarem nem que fosse a pé no Parque, talvez vários acidentes teriam ocorrido lá, com mil e quinhentas pessoas atravessando a Rodovia num momento daquele de grande aglomeração.

A caminhada dos lavradores partiu do Parque Barigui, chegando por volta de 11 horas na Praça Osório, onde estão lá aproximadamente dois mil lavradores "sem terra" e "com terra", porque o movimento dos pequenos lavradores do Paraná está mais caótico, a situação está mais caótica do que o próprio "sem terra", porque eles estão ficando sem terra e tendo que abandonar a sua lavoura, engrossar as fileiras das favelas para amanhã ou depois virar um "sem terra" e ter que ocupar uma área para poder sobreviver, ou ocupar as áreas públicas, ou ocupar as áreas abandonadas aqui

nos centros urbanos.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que este acampamento de lavradores na Capital do Paraná, como também em Porto Alegre e Florianópolis, tem uma conotação de juntar, relacionar este fato com a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II ao nosso País.

Há 10 anos, quando aqui esteve o Papa, se pronunciou a respeito da reforma agrária, dizendo que sem reforma agrária não haveria democracia em nosso País. Disse também que os pobres do Brasil precisavam de pão. Dez anos depois, o Papa volta ao nosso País e a situação piorou: ao contrário do que desejava o Papa João Paulo II, as favelas aumentaram, o número de famílias que perderam suas terras aumentaram, a miséria aumentou e a reforma agrária foi abandonada em nosso País.

Portanto, este fato chama a atenção da sociedade paranaense porque não é só aqui, é no País inteiro que o atual Governo Federal, com a sua política agrícola contraditória, de uma forma esmagadora para acabar com a pequena propriedade deliberadamente em nosso País, e como o seu programa de reforma agrária jogado ao lixo porque as áreas que já estavam desapropriadas pelos governos passados estão caducando porque o Cabrera e o Collor dizem que não têm dinheiro para fazer a reforma agrária, e nós estamos sabendo por informações seguras que no ano passado o INCRA devolveu 8 bilhões de cruzeiros à União porque não utilizou o dinheiro para efetivar os assentamentos que estavam no programa do Órgão.

Esta cobrança, os lavradores querem fazer de público à sociedade, ao Governo, a este Parlamento, e provavelmente amanhã estarão aqui nesta tribuna, com a permissão da Mesa desta Casa, se pronunciando aos Senhores Deputados.

Para encerrar, nós queremos convidar mais uma vez os Parlamentares desta Casa, mesmo não gostando dos "sem-terra", mesmo achando que os "sem-terra" são vagabundos, como tenho certeza que muitos pensam, mas se são vagabundos, não são culpados disso porque o próprio sistema os cria assim, e nós somos culpados, que temos cargos públicos, que temos responsabilidades, que temos responsabilidades com esse povo, para chegarem lá na Praça Osório e fazerem uma visita, olharem os seus pés cheios de "bexiga", de 150 Km. de caminhada para chamar a atenção do Governo, do povo, da sociedade para os problemas da agricultura do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PL.

(Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA

com a presença de 43 Senhores Deputados.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero justificar as ausências dos Deputados Doutor Rosinha e Ermani Pudell na sessão de hoje. O Deputado Doutor Rosinha encontra-se em São Paulo no enterro de seu cunhado que acaba de falecer num acidente automobilístico neste Estado, e o Deputado Ermani encontra-se na Região Norte do Paraná em negociação com prefeitos e autoridades a respeito de uma ocupação de terras, tentando uma solução negociada para um conflito emergente no Norte do Paraná, na região de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ambos os Deputados deverão justificar por escrito as faltas de hoje.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, devidamente apoiado, constante do expediente. Não recebido pela Mesa.

A Mesa infelizmente deixa de receber o Projeto porque é competência exclusiva da Câmara Municipal do Município.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 358/91. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 358/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n. 73/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme anexo I desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 294/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pato Branco, os imóveis que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C. COM EMENDA da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito que Vossa Excelência dê conhecimento ao Plenário do teor da Emenda que está sendo votada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai dar conhecimento ao Plenário do teor da Emenda do Deputado Carlos Simões: aliás, a parte que não é do Governo, porque, a Emenda é de autoria da Bancada de Vossa Excelência.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede a leitura da referida Emenda - Substitutiva ao Projeto de Lei n. 294/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda foi publicada no Diário da Assembleia de ontem. Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovada.

O Projeto irá a terceira discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 447/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n. 91/91, aprova um crédito suplementar ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 127, de 03.09.91)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 447/91

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de n. 91/91, que visa aprovar um crédito suplementar ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) conforme especifica.

Procedida a análise da matéria, o presente Projeto de Lei preenche todos os requisitos constitucionais legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 447/91

P A R E C E R:

A Mensagem em tela, de n.º 91/91, oriunda do PODER EXECUTIVO ESTADUAL, mereceu parecer favorável da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

No seu artigo 2º, a mesma esclarece que "servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade".

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos legais, regimentais e constitucionais, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PROJETO DE LEI Nº 447/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da mensagem governamental n. 91/91, visa aprovar um crédito suplementar ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina no montante de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros).

A medida é legítima, na medida em que, nos termos do art. 41, inciso da Lei Federal n. 4.320/64, destina-se ao "reforço da dotação orçamentária" do versado órgão.

Por outro lado, atendendo à previsão do art. 135, V da Constituição Estadual, indica como recurso para cobertura do respectivo crédito, igual montante decorrente de excesso de arrecadação em recursos da própria entidade.

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 448/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N. 90/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 405.804.000,00 (quatrocentos e cinco milhões, oitocentos e quatro mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 127, de 03.09.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 448/91

P A R E C E R:

A MENSAGEM em tela, de n. 90/91, oriunda do PODER EXECUTIVO ESTADUAL, merece parecer favorável da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - C.C.J.

No seu artigo 2º, a mesma esclarece que "servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da Entidade.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 452/81, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N. 86/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 127, de 03.09.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 452/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 86/91, datada de 1º de outubro de 1991, objetiva colher desta Assembleia Legislativa, aprovação para um crédito suplementar no valor de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, conforme específica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

Curitiba, quarta, em 16.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 454/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N. 84/91, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos mil cruzeiros), para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 127, de 03.09.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 454/91

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 084/91, visa o presente Projeto de Lei aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para atender à programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental o projeto de lei em análise não fere qualquer dispositivo, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 454/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 84/91, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos mil cruzeiros), para atender a programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme específica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

## PROJETO DE LEI N° 454/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 08/91, o presente Projeto de Lei, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 (dezessete milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinados a atender à programação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

A medida encontra-se em harmonia com os dispositivos constitucionais que regulam a matéria, quais sejam os arts. 167, inciso V da Constituição Federal e 135, inciso V da Carta Estadual.

A Conversão das Fontes de Recurso, tal qual consignado no plano de lei, é legítima na medida em que está autorizada pelo art. 6° da Lei Estadual n. 9.494/90.

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 455/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N° 83/91, aprova um crédito suplementar ao Orçamento da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual n° 9494 de 21/12/90, no valor de Cr\$ 14.047.000,00, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Publ. no D.A. n° 127, de 03.09.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Sob nossa análise o Projeto de Lei n° 455/91, de iniciativa do Senhor Chefe do Poder Executivo, dispondo sobre a abertura de Crédito Suplementar à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento no valor de Cr\$ 14.047.000,00, na forma que estabelece.

Sob o aspecto jurídico, a matéria está consentânea com o artigo 135, V da Constituição do Estado, guardando respeito também às disposições da Lei Federal n° 4.320, de 17/03/64.

Neste sentido, concluímos pela juridicidade do Projeto de Lei n° 455/91, manifestando nosso Parecer Favorável à sua normal tramitação e dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do

Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N° 455/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 83/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar ao Orçamento da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 14.047.000,00, conforme especifica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

## PROJETO DE LEI N° 455/91

P A R E C E R:

Visa, o presente Projeto de Lei, oriundo de mensagem governamental n° 83/91, aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 14.047.000,00 (quatorze milhões, quarenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

A iniciativa encontra-se em perfeita harmonia com os dispositivos legais e constitucionais atinentes à matéria, atendendo ao mandamento consignado no art. 135, inciso V da Constituição Estadual, o qual determina em casos que haja autorização prévia da Assembleia Legislativa e indicação dos recursos correspondentes, disposição que, no presente caso, foi efetivamente atendida.

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.91.

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2724, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2717, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2719, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2718, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2723, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2722, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2727, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2730, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2737, 2738, 2736, 2735, 2734, 2733 e 2732, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2720-A, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2731, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2728, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Requeiro verificação de votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam. Dezenove rejeitam o Requerimento. Dezoito aprovam o Requerimento. Está Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de n° 2729, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove - Aprovam.

Vinte e um - Rejeitam.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu gostaria de registrar honrosamente a presença do Presidente do FMDB de Cianorte, que se faz presente nesta Casa, Senhor Isaias Granado Mero.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só quero cumprimentar a BANCADA que aprovou o emprego do Baianinho. Talvez foi pela competência do assessor mais novo que descobrimos no Palácio Iguagu.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - E o próximo, agora, é o Pereirinha.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Tem alguma coisa contra os velhos, por acaso?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitado.

Requerimento de n° 2701, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a Verificação de Votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se. Dez Senhores Deputados aprovam e 20 (vinte) dos Senhores Deputados rejeitam. Rejeitado.

Requerimento de n° 2726, de autoria dos Senhores Deputados Colombino Grassano e Emília Belinati, constante do expediente.- À Coordenadoria de Expediente.

Requerimento de n° 2711, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu quero informar a V.Exa. que acabo de retornar da Cidade de Alvorada do Sul, onde testemunhamos, este Parlamentar e mais o Deputado Federal Paulo Bernard, um acordo que evitou uma cena de derramamento de sangue naquele Município e evitou que o desfecho da ocupação da Fazenda Ingá se transformasse em mais uma cena de violência contra o nosso povo.



Apesar de termos presenciado, também, o caso inédito de um juiz, que antes mesmo da parte ingressar, com uma ação solicitando reintegração de posse, já tinha sua sentença pronta. Apesar desta vergonhosa demonstração de parcialidade e conservadorismo de um magistrado do Estado do Paraná e apesar do argumento da força das baionetas do comandante Mello e Silva, que estavam apontadas para o pescoço de trabalhadores famintos, apesar disso tudo, conseguimos um acordo, hoje, que prevê basicamente a retirada das famílias dos trabalhadores sem-terras que ocupam a Fazenda Ingá, naquele Município, em contrapartida, o INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária - assumiu o compromisso de amanhã mesmo realizar a vistoria e o cadastramento das famílias daquela área e imediatamente ingressar com um processo administrativo, visando a desapropriação daquele imóvel, que ficou demonstrado comprovadamente como imóvel improdutivo, abandonado, apesar da fertilidade de suas terras; teremos, também, o compromisso do INCRA de um rápido assentamento destas famílias. Com os compromissos de praxe, também, por parte do Governo do Estado, que assume de forma solidária este compromisso para com as famílias dos trabalhadores sem-terras, além de assumir em conjunto com as prefeituras municipais daquela região, a assistência às famílias dos trabalhadores sem-terras.

De forma que queremos comunicar a esta Casa, felizmente, pelo esforço de muitas pessoas e muitas lideranças, autoridades, prefeitos, Deputados desta Casa, Deputado Toti Colaço e outros Parlamentares, outras pessoas envolvidas em vários órgãos públicos, com este esforço conseguimos encontrar uma saída que evitasse a violência contra o nosso povo sem-terra do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queremos neste momento apresentar votos de congratulações à Secretaria de Agricultura do Paraná, à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Rural, EMATER e à Prefeitura Municipal de Curitiba, através de Secretaria Municipal de Abastecimento, por estarem realizando hoje, dia 16 de outubro, no anfiteatro da EMATER, Curitiba, um encontro que tem por finalidade comemorar o "Dia Mundial da Alimentação", que transcorre na data de hoje.

O evento está acontecendo naquele auditório, tem como título Alimentos para a Vida, como já frisamos faz parte do Dia Mundial da Alimentação, que infelizmente, todos sabemos, a questão alimentar é um dos problemas mais sérios que enfrentam as

Nações de todo mundo, tendo em vista ainda a presença de milhares e milhares de pessoas que passam fome, não só no Brasil mas no mundo inteiro.

Então rendemos aqui nossas congratulações à EMATER, à Secretaria da Agricultura e à Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba, por tão importante evento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, atendendo requerimento do Deputado Colombino Grassano e aprovado pelo Plenário desta Casa, designa os Senhores Deputados Colombino Grassano, Eurides Moura e Cesar Silvestri, para se verificar, "in loco" as condições dos trevos rodoviários. A coordenação caberá ao Deputado Colombino Grassano.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/91.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 447, 448, 452, 454 e 455/91.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 308, 450, 451, 453 e 456/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### 12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cesar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia:

01) Projeto de Resolução nº 047/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 352/91, de autoria do Senhor Deputado Luis Carlos Martins. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Requerimento para que seja transformado em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes. DEFERIDO. 03) Projeto de Lei nº 373/91, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO pela apreciação em Plenário. 04) Projeto de Lei nº 427/91 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 05) Proje-

to de Lei nº 430/91, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado. Relator Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL -APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

Sandro Alberto Figueiredo

Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Co-

missões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei nº 437/91. Na sequência o Senhor Presidente solicitou ao Deputado João Preis que apresente seu parecer. PARECER FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

(a) SEVERINO FÉLIX

Presidente

Rubens Bremer

Secretário